

IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH-BA  
HISTÓRIA: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS.  
29 de Julho a 1º de Agosto de 2008.  
Vitória da Conquista - BA.

**CONSTRUINDO A LIBERDADE: ENTRE CONFLITOS E ALIANÇAS, QUILOMBOLAS  
(RE)INVENTAM SUA HISTÓRIA NA REGIÃO DA COTINGUIBA (1870 -1879)**

*Ana Carla de Jesus*  
Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
E-mail: anacarladjesus@hotmail.com

**Palavras-chave:** Escravidão. Quilombos. João Mulungu. Rede de solidariedade.

O trabalho escravo impôs uma realidade social extremamente violenta. No entanto, como afirma Chalhoub (1986), homens e mulheres escravizados não se tornaram passivos receptores dos valores senhoriais, ao contrário, os escravos pensavam e agiam segundo premissas próprias.

Esses cativos buscavam negociar espaços de autonomia com seus Senhores, no entanto, quando essa negociação falhava abria-se espaço para fuga e possível formação de quilombos, sendo esta uma das formas mais notórias de resistência dos escravos e que se fez presente em quase todo território nacional.

Na Província de Sergipe, as notícias sobre existência de quilombos remetem ao século XVII, como bem afirma Bezerra (1984, p. 107). Contudo, é a partir do século XIX que esses quilombos começaram a se destacar. De acordo com Santos (1992, p. 32) isso deve ter ocorrido ou porque foram mais constantes nessa época, ou porque a documentação preservada permite a constatação de sua existência; ou ainda devido a uma maior presença de africanos nas terras sergipanas.

O objetivo desse trabalho, portanto, é analisar as relações travadas entre os quilombolas sergipanos e a sociedade envolvente, pois partimos do pressuposto que os quilombos não eram redutos de negros marginalizados e isolados da sociedade, ao contrário, os quilombolas buscaram, sempre que possível, uma interação com o “mundo” escravista. Faremos isso através da vida de João Mulungu, seus companheiros e companheiras. Pretendemos ainda descrever e analisar o cotidiano e as experiências desses sujeitos.

Mulungu é aqui retratado como um sujeito que representa dezenas de outros escravos, que assim como ele, não se mantiveram passivos aos desígnios do Senhor de Engenho. A pesquisa não pretende se concentrar no indivíduo examinado em si mesmo, mas apenas se valer dele para examinar o seu “em torno”. João Mulungu é um pequeno fragmento através do qual buscamos perceber realidades mais amplas, e compreender a configuração social na qual se encontrava inserido.

A historiografia tradicional prioriza a história vista por cima, ou seja, valoriza figuras ilustres como generais, estadistas, enfim, aqueles que são considerados grandes homens. Muitos historiadores deixam de lado a história de personagens comuns, esquecendo-se que estes também constroem a história. A nova história, por sua vez, busca considerar tanto a “história de cima” como também a “vista de baixo”. Foi com o intuito, de valorizar os sujeitos até então anônimos, ou pouco celebrados pela historiografia que resgatamos a história do quilombola João Mulungu.

Para algumas pessoas ligadas ao Movimento Negro, como Severo D’Acelino, Mulungu é um símbolo de resistência, o verdadeiro Herói Negro Sergipano, para outros se trata de apenas mais um negro que foi escravizado, e que como outros fugiu para se tornar um quilombola, defendendo essa concepção temos a historiadora Maria Nely, para a qual “tributar a João Mulungu o título de líder dos quilombolas e herói negro é um procedimento precipitado e reducionista” (SANTOS, 1997, p. 121).

Outro a corroborar com a idéia da historiadora Maria Nely é o historiador Petrônio Domingues, este em artigo publicado no *Jornal da Cidade*, aborda a luta pelo fim do cativo em Sergipe, ressaltando o papel desempenhado pelos ativistas do movimento abolicionista e pelos próprios escravos. No decorrer de seu artigo cita o quilombola João Mulungu, como um daqueles que lutou pela liberdade através da “rebeldia” e afirma que Mulungu não deve ser tratado como herói, pois “antes e sobretudo depois de sua morte surgiram outros ‘mulunguns’, com histórias tão ou mais fabulosas do que a dele” (DOMINGUES, 2008).

Contudo, independente do título que lhe queiram conferir, é inegável que Mulungu se tornou um mito, um emblema contra a discriminação racial, um referencial de luta para o Movimento Negro em Sergipe, embora muitos não o reconheçam como tal.

Atualmente a Casa de Cultura Afro-Sergipana, tendo a frente Severo D’Acelino, promove uma ação de resgate e revitalização a respeito da figura de João Mulungu, tentando fazer com que esse quilombola saia do anonimato e passe a ser reconhecido. Severo D’Acelino tem desenvolvido alguns trabalhos, como o intitulado *João Mulungum: vida e morte de um negro herói sergipano*, onde narra, em versos, a saga do quilombola Mulungu.

Uma importante conquista foi o reconhecimento de João Mulungu como Herói Negro, pela lei N° 407 de 08 de agosto de 1990, em Laranjeiras. Dois anos depois, em Aracaju é sancionada a lei 1.856 de 14 de julho, na qual Mulungu também foi reconhecido como Herói Negro e o dia 19 de janeiro (data de sua captura) é instituído como Dia Municipal da Consciência Negra.

Ainda por iniciativa da Casa de Cultura Afro-Sergipana, em 2002 foi implantado o Projeto Cultural de Educação “João Mulungu vai às escolas” em parceria com a Secretária de Estado da Educação. Esse projeto buscou difundir a importância do negro na sociedade sergipana, promover a auto-estima e construção da identidade cultural dos alunos, discutir o racismo nas escolas, promover debates sobre a resistência negra em Sergipe e discussões sobre a política de ações afirmativas e compensatórias.

Academicamente não existem trabalhos que tenham o personagem citado como eixo principal. A historiadora Maria Nely, em um de seus estudos buscou traçar uma biografia sobre o abolicionista Francisco José Alves, e em alguns momentos a autora retratou a questão da resistência negra através da formação de *mocambos*, onde cita, dentre outros quilombolas, João Mulungu. A exemplo de Nely temos também Lourival Santos, que em sua pesquisa sobre os quilombos sergipanos, aborda o caso do quilombola João Mulungu, mas não tem a pretensão de torná-lo o eixo central de seu trabalho. Por todos os motivos citados, acreditamos ser relevante transformá-lo no tema central deste trabalho.

O marco espacial desta pesquisa é a região da Cotinguiba, que compreende os municípios cortados pelas bacias hidrográficas do Rio Sergipe e do Rio Japarutuba. A escolha de tal região se deve ao fato da mesma ser considerada a mais importante na produção açucareira da Província, contando portanto, com uma maior concentração de escravos (PASSOS SUBRINHO, 2000, P.57). Conseqüentemente, foi a região onde se pode notar uma maior resistência dos escravos ao sistema que lhes foi imposto. A escolha dessa região também está atrelada ao fato de ter sido a área em que Mulungu mais atuou.

Optamos por delimitar o marco temporal para a segunda metade do século XIX, mais especificamente, a década de 1870, por representar o período de desagregação do escravismo e relativa estagnação da economia açucareira. Segundo Josué Modesto dos Passos Subrinho, na década de 1870, o açúcar participou, em média, com 77% do valor total das exportações sergipanas, sendo que na década de 1850 correspondia a 91,1% das exportações (PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 36-40). E principalmente porque esse foi o período de atuação do quilombola João Mulungu.

Segundo Lourival Santana Santos e Maria Thetis Nunes, na década de 1870 também se verificou uma maior tendência dos escravos para fugirem e se organizarem em quilombos; principalmente após a promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, *Lei do Ventre Livre*, que dava liberdade os filhos de escravos nascidos após esta data (SANTOS, 1992, p. 31-43; NUNES, 2006, p. 59-60). Contudo, os cativos interpretavam a lei como se fosse abrangente a

todos os escravos. Ao perceberem que ela não atendia as suas aspirações, houve um aumento das fugas.

A historiografia da escravidão no Brasil remete ao final do século XVII, pois os cronistas coloniais, dentre eles Gaspar Van Barleu, já destacavam a resistência dos quilombolas, notadamente dos Palmarinos, sendo que um dos principais objetivos era enaltecer a ação das forças repressoras, do aparato militar (REIS; GOMES, 1996, p. 11). Posição que prevaleceu até o século XIX.

Nos anos 30 do século XX, seguindo os estudos de Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro, os estudos sobre quilombos assumem um viés culturalista, segundo os mesmos, o objetivo dos quilombolas seria restaurar a África, tratar-se-ia de uma reação contra-aculturativa.

Por volta da década de 1950, a chamada “escola paulista”, que reúne autores como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa trataram a resistência escrava como algo secundário, pois procuravam enfatizar a coisificação do escravo. No entanto, Clóvis Moura, Luís Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas, colocaram em destaque a resistência escrava, embora atrelada a corrente marxista, na qual os quilombos passam a serem vistos como uma forma de negar o regime escravista através da construção de uma sociedade alternativa.

A nova historiografia da escravidão, no que concerne a questão dos quilombos não abandonou a problemática cultural nem a influencia marxista, mas vem tentando elaborar trabalhos que renovem as discussões e os quilombolas passem a ser vistos como sujeitos de sua própria história; temos como exemplo João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Eduardo Silva, dentre outros.

Pesquisadores Sergipanos também não se mantiveram alheios à discussão sobre quilombos na Província da Sergipe. Bezerra (1984, p. 104), por exemplo, alia-se a corrente culturalista, uma vez que defende que as tentativas de resistência dos negros em Sergipe, representaram um fenômeno contra-aculturação.

A historiadora Maria Nely Santos (1997, p. 107-132), retrata os “mocambos” existentes na Província de Sergipe como um movimento espontâneo e desorganizado, incapaz de subverter a ordem escravista. Para a citada historiadora, os “mocambos” também são vistos como algo marginalizado. Nely opta pela expressão *mocambo* em detrimento do termo *quilombo*, pois de acordo com a mesma, não se trata simplesmente de uma variante terminológica, mas sim de recolocá-la no seu verdadeiro contexto.

A opção de Maria Nely Santos parece estar atrelada ao fato dos quilombos sergipanos não serem fixos, terem um caráter predatório e contarem com um número reduzido de escravos, se comparado a quilombos de outras regiões brasileiras.

O artigo de Cardoso, *Escravidão em Sergipe: fuga e quilombos – século XIX*; retrata e corrobora para a análise do fenômeno quilombola como símbolo de resistência a escravidão, e não apenas um fenômeno contra-aculturação, como foi defendido por Bezerra (1984).

O historiador Lourival Santana Santos (1992, p. 42), também é um dos estudiosos que retratam a questão dos quilombos em Sergipe. Na concepção desse historiador, os quilombos sergipanos “em nenhum momento promoveram uma transformação social revolucionária”.

Buscaremos inserir este trabalho no âmbito da nova historiografia da escravidão, e nessa proposta, o escravo negro aquilombado, não será um testemunho mudo, ao contrário representará um elemento vivo, dinâmico, capaz de agenciar sua própria vida.

Para tanto, foi utilizada fontes primárias, tais como: inventários *post-mortem*, processos-crime, ofícios expedidos e recebidos pela segurança pública, autos de perguntas e relatórios provinciais.

Grande parte dessas fontes faz parte dos chamados “documentos da repressão”, ou seja, foram produzidos por membros da força repressora, chegando até nós através de filtros e intermediários que os deformam; porém isso não os torna inutilizáveis, pelo contrário, cabe ao historiador ler as “entrelinhas” para desvendar e abrir caminhos para o estudo dos escravos em fuga.

Não devemos esquecer que para se extrair algo dos documentos, é preciso que coloquemos algumas indagações. O documento oferece respostas de acordo com as perguntas que lhe são feitas. Ele não fala por si mesmo; apenas apresenta uma situação que foi registrada por alguém com intenção específica. Portanto, pretendemos fazer uso do método indiciário proposto por Ginzburg (1989, p. 143-179) no qual, apenas observando atentamente e registrando com minúcia os fatos é possível elaborar “histórias”.

Apesar da dificuldade encontrada na coleta das fontes primárias, o presente trabalho conta com um grande volume de documentos produzidos no século XIX, a importância desses documentos não é apenas quantitativa; trata-se de uma documentação de importante valor qualitativo, uma vez que, através dela podemos ampliar nosso conhecimento sobre os quilombos sergipanos, como também tais fontes possibilitam uma maior reflexão a respeito das relações travadas pelos quilombolas com a sociedade envolvente.

Através dessa pesquisa notamos o perfil dos quilombolas sergipanos, indivíduos notadamente jovens (entre 20 e 29 anos), em idade ativa para lavoura, oriundos dos mais

diversos pontos da Província; tinha-se tanto crioulos como africanos, havia também pessoas libertas e as mulheres se faziam presentes.

Tais quilombolas celebravam várias alianças com a sociedade envolvente, fato que veio a corroborar para o prolongamento da existência dos quilombos nas terras sergipanas. Em alguns momentos os quilombolas chegaram a ser acoitados por proprietários de engenhos. Em troca dessa proteção, utilizavam à mão-de-obra desses quilombolas.

Contudo, ao lado desses senhores que apoiavam os quilombolas, tínhamos aqueles que buscavam reprimir a formação dos quilombos.

## Referências

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas*. Aracaju: J. Andrade, 1984.

CARDOSO, Amâncio. Escravidão em Sergipe: fugas e quilombos, século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 34, p. 55-73, 2003-2005.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

D'ACELINO, Severo. João Mulungu: vida e morte de um negro herói sergipano. *Série Memória Negra Sergipana*, Aracaju, n. 1, 2004.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MOTT, Luiz. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção tudo é história).

\_\_\_\_\_. *Rebeliões da senzala: quilombo, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

NUNES, M. Thétis. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro (1850/1930)*. Sergipe: FUNCAJU, 2000.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p. 31-43, 1992.

SANTOS, Maria Nely. *A sociedade libertadora "Cabana do Pai Thomaz": Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.